



Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores.  
Departamento de Educação

Luzia Gavina Cruz Barreto

**Dialogando com as vozes infantis: possíveis caminhos para a construção da  
cidadania infantil**

São Gonçalo,

2011

Luzia Gavina Cruz Barreto

**Dialogando com as vozes infantis: possíveis caminhos para a construção da cidadania infantil**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção da graduação em Pedagogia: Licenciatura Plena, ao Departamento de Educação, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Tereza Goudard Tavares

Luzia Gavina Cruz Barreto

**Dialogando com as vozes infantis: possíveis caminhos para a construção da cidadania infantil**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção da graduação em Pedagogia: Licenciatura Plena, ao Departamento de Educação, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Maria Tereza Goudard Tavares (orientadora)

Departamento de Educação da FFP/UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mairce da Silva Araújo

Departamento de Educação da FFP/UERJ

São Gonçalo,

2011



## Dedicatória

À Deus, que permitiu que eu chegasse até aqui, cumprindo uma parte do plano Dele em minha vida.

À minha família, em especial à minha mãe que tanto me apoiou e se esforçou para que eu chegasse à Universidade.

Ao meu marido, que desde a época do namoro, esteve sempre presente me encorajando a prosseguir.

À Igreja, que também é uma família, por sempre acreditar em mim.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente à Deus, que me deu a Vida e que com seu imenso amor tem me permitido trilhar um caminho desconhecido construído por Ele. Não há palavras para descrever a minha gratidão.

Agradeço a minha mãe Rita, que com tanto amor acreditou em mim e contribuiu para a realização deste sonho. Mãe, você é e sempre será minha melhor amiga.

Ao meu marido Bruno, que sempre se mostrou amigo e comprometido com o meu desejo em ser professora, vivendo junto comigo este sonho.

Agradeço a toda a minha família. A minha avó Cremilda que sempre quis ver sua neta se formando na Universidade.

Ao meu Pai José Francisco que sempre ajudou no financiamento dos meus estudos, afirmando sempre a importância dos mesmos.

A minha professora orientadora Maria Tereza Goudard Tavares que se mostrou mais do que professora, mas amiga. Quebrando uma lógica hierarquizada de distanciamento do aluno e assumindo uma posição de parceria na construção do conhecimento, tornando-se um grande exemplo de ética e profissionalismo que levarei comigo pelo resto da minha vida.

Agradeço a Escola Municipal Arca de Noé por terem me recebido, em especial as crianças com quem, juntas, construímos novos saberes, refletindo sobre direitos e cidadania.

Às professoras da Escola Municipal Arca de Noé, Valéria e Viviane que tanto contribuíram para minha formação enquanto professora.

Aos professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ que fizeram parte dessa primeira etapa de minha formação acadêmica.

Às amigas de curso Gabrielle, Luana e Thaís, que desde o início da faculdade permaneceram ao meu lado diariamente em nossa caminhada à formação docente.

Às companheiras de pesquisa Priscila Guilles, Priscila Pedro, Bruna e Tatiane, pelos trabalhos desenvolvidos e discussões realizadas ao longo da pesquisa.

A minha querida amiga Danielly Fontis, que desde antes de minha entrada na Universidade me incentivou a seguir a carreira docente.

Agradeço a Igreja, uma família que sempre me encorajou e acreditou em mim.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

*Paulo Freire*

## Resumo

A presente monografia objetiva refletir sobre a relação entre infância e seus direitos, apresentando uma análise histórica sobre a construção sócio histórica da infância, refletindo sobre os discursos produzidos na atualidade a cerca da infância e atentando para a importância da garantia dos direitos das crianças, em especial, o direito de participação defendido pela Convenção dos Direitos das Crianças de 1989.

Meus interesses investigativos tomam como foco a percepção das crianças em relação ao local em que moram, a cidade de São Gonçalo, e, principalmente, ao espaço da escola, bem como a cidadania infantil enquanto sujeitos de direitos. Dessa forma, refletir sobre a forma pela qual a criança pensa e representa seu universo a partir de suas falas e produções textuais, desenhos, bem como refletir sobre possíveis condições que contribuam para que as vozes, ainda aquelas sussurrantes ou silenciadas, falem e expressem aquilo que pensam, foi um dos maiores desafios da pesquisa.

A pesquisa desenvolveu um trabalho na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé, onde foram desenvolvidas as "Oficinas de direitos", no período de dois anos, que objetivaram ouvir e discutir as vozes infantis, contribuindo com a reflexão a cerca da construção de uma escola da infância(s) enquanto um espaço que oportunize a fala dos *pequenos*, promovendo a vivência dos Direitos das Crianças, em especial o direito de participação, superando a lógica adultocêntrica ainda muito presente em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Direitos das crianças; Infância; Vozes infantis.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1 - Infância(s) e Direitos: desafios na construção da cidadania infantil.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Uma experiência de auto-conhecimento: refletindo sobre minha formação ao longo do trabalho de pesquisa.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 A construção social da infância: refletindo sobre o lugar da infância na atualidade.....</b>	<b>22</b>
<b>1.3 A Convenção dos Direitos das Crianças: embates na luta pela cidadania infantil.....</b>	<b>27</b>
<b>2 - Questões teórico-metodológicas na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé: dialogando com as vozes infantis.....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 Infância e ética: O desafio de tornar as crianças parceiras na pesquisa.....</b>	<b>34</b>
<b>2.2 A Arca de Noé e sua história.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3 Opções metodológicas da investigação: os caminhos da pesquisa.....</b>	<b>37</b>
<b>2.4 O espaço escolar: narrando uma experiência formativa.....</b>	<b>38</b>
<b>Considerações provisórias: (in)conclusões construídas ao longo da pesquisa.....</b>	<b>48</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

A presente monografia objetivou investigar as possibilidades de vivências da cidadania infantil na escola, tomando como base os direitos das crianças defendidos pela Convenção dos Direitos das Crianças de 1989, tendo como foco o direito de participação como uma das possíveis expressões da cidadania infantil na escola de Educação Infantil.

Meu interesse sobre o tema surgiu a partir de minha inserção no Projeto de Pesquisa <sup>1</sup> *“Por que o local? Um estudo sobre alfabetização patrimonial e a formação de professores da infância em São Gonçalo”* coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Goudard Tavares, desenvolvido na Faculdade de Formação de Professores, no qual faço parte desde o final do primeiro semestre de 2008. Neste projeto passei a conhecer a temática que tornou-se o meu campo de estudos e pesquisa durante toda a Graduação: a infância e a leitura da cidade, a partir de um estudo sobre a alfabetização patrimonial.

Para fins de recuperação e inventário de minha trajetória como estudante e pesquisadora, me lembro de que no começo da pesquisa, em 2008, os encontros ocorriam uma vez por semana na escola, tempo e espaço das discussões teórico-práticas e planejamento de oficinas e atividades na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé, localizada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. A Escola Municipal Arca de Noé nesses quase oito anos continua ainda sendo o *lócus* de desenvolvimento do projeto, isto é, o espaço-tempo de nossa “reflexão-intervenção” junto às professoras e crianças. O projeto de pesquisa na escola, a nossa “intervenção-cúmplice” em tal escola tinha como objetivo projetá-la como um *lócus* de discussão e socialização da cidade gonçalense, ampliando o direito a cidade, como também a promoção de uma alfabetização patrimonial (TAVARES, ARAUJO E PEREZ, 2008). A Alfabetização patrimonial é uma proposta educativa baseada no patrimônio cultural da cidade que enfatiza o patrimônio

---

<sup>1</sup> O projeto articula-se ao Núcleo de Pesquisa e Extensão: Vozes da Educação: memória e história das escolas de São Gonçalo, criado em 1996, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

material (igrejas, estátuas, chafarizes etc) como também o patrimônio imaterial (festas, danças, rituais, crenças etc).

As idéias que emergiam ao longo das reuniões passaram a despertar meu interesse, principalmente no que diz respeito à complexidade das vozes infantis em uma escola de Educação infantil. Somado a isto, uma experiência vivida por mim no ano de 2008 na cidade de São Gonçalo, área periférica do Estado do Rio de Janeiro com crianças de quatro e onze anos de idade. A história começa no quintal da minha casa. O local é um terreno com várias casas e três crianças: <sup>2</sup>Marina (11 anos), Michele (11 anos) e Rayssa (4 anos). Todas elas assistem ao desenho “Três espiãs demais”, exibido durante a manhã pela emissora TV Globo, que conta a história de três estudantes que trabalham como espiãs para uma agência secreta. Todas são muito bonitas e vaidosas, por isso suas armas são em forma de batons, jóias, óculos e todo apetrecho que, de alguma forma, chama atenção para o corpo, enfatizando a beleza. Marina, Michelle e Rayssa carregam uma bolsa cheia de maquiagens e jóias, tais acessórios são suas “armas” para lutar contra os bandidos. Elas “invadem” uma das varandas do quintal e lutam contra seus adversários. Após a luta voltam ao lugar de onde partiram a fim de fugirem de seus inimigos. Rayssa (4 anos) para do meio do quintal. Suas amigas sentem a sua falta e voltam-se para ela a fim de verem o que aconteceu. Rayssa grita:

\_ Aí Meu Deus!

\_ O que aconteceu Fernanda? \_ perguntam Luciana e Júlia

Fernanda responde:

\_Fui atingida por uma bala perdida. Morri!

Fernanda se joga no chão e, em seguida, suas amigas vão socorrê-la simulando choro.

---

<sup>2</sup> Compreendendo um grupo etário-geracional das crianças da Arca de Noé como sujeitos da pesquisa, pedimos autorização às mesmas para o uso de seus nomes. Tendo em vista o meu compromisso ético e político com os sujeitos escolares, optei por utilizar nomes fictícios sugeridos pelas próprias meninas, assim elas próprias ao lerem, ou tendo alguém que faça a leitura à elas, possam se reconhecer, identificando-se e notando sua importante participação na pesquisa.

Investigando tal situação foi possível observar alguns fatores que implicam numa reflexão sobre o pensamento da criança sobre a sociedade. Muito tem se falado sobre a transformação que as brincadeiras infantis tem sofrido a partir da influência da mídia, porém, o presente relato busca nos levar a pensar sobre como tem se dado a construção da cultura infantil, e quais saberes vem sendo construídos pelas crianças.

Na situação narrada, observa-se a capacidade que a criança possui em ressignificar elementos de seu cotidiano. Neste caso, as crianças se apropriaram de um dos seus desenhos favoritos unindo-o a violência presente na cidade, a qual é encarada com bastante naturalidade pelas crianças. Afinal, a “bala perdida” tornou-se um fato muito comum no meio das informações que essas crianças tem acesso.

Dessa forma, noto a importância da escuta atenta às vozes infantis a fim de saber o que a crianças, que por muita das vezes são caladas pela instituição escolar, pensam e como refletem sobre as questões cotidianas, bem como suas formas de representação sobre a mesma.

Dessa forma, a presente monografia intencionou problematizar algumas questões referentes à educação de crianças em periferias urbanas, a construção da cultura infantil investigando as suas visões de mundo e saberes em uma escola de educação infantil, no intuito de descobrir o que pensam sobre o lugar onde vivem, a cidade e, principalmente, sobre a escola.

Um dos pontos fundamentais da pesquisa será compreender como a criança pensa e reflete sobre o mundo em que vive, como representa o universo e ressignifica aspectos da sociedade. Afinal, a criança

“Não é uma miniatura do cosmos adultos, bem ao contrário, um ser humano de pouca idade que constrói seu próprio universo, capaz de incluir lances de pureza e ingenuidade, sem eliminar, todavia a agressividade, resistência, perversividade, humor, vontade de domínio e de mando”.

(apud Benjamin, 1984, p.11).

Assim, busquei em meu trabalho monográfico não apenas promover uma coleta de dados, mas sim desenvolver um movimento de ação-reflexão-ação a partir do convívio com as crianças da escola, buscando refletir sobre a efetivação de uma educação cidadã em uma cidade repleta de contradições político-educacionais, e com enormes desigualdades econômicas e sociais. O trabalho apresentado destaca-se pelo desafio em compreender a criança como grupo geracional dotada de direitos, capaz de questioná-los e exigí-los.

Nesta perspectiva, refletir como se deu a construção do conceito de infância a partir de uma análise histórica, como o mesmo tem sido (re) inventado e quais os saberes tal infância tem construído são questões que nortearam a minha pesquisa.

Como bolsista de Iniciação científica durante mais de um ano e participando do cotidiano da Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé, parceira do projeto de pesquisa o qual faço parte, já citado anteriormente, me fez refletir sobre a profunda complexidade dos questionamentos e a riqueza dos saberes construídos pelas crianças.

Muitos são os discursos sobre a infância, porém, o que observo é que muito pouco se sabe sobre o que as crianças pensam, questionam e tem a dizer (QUINTEIRO, 2005). Além disso, grande parte das escolas possui um currículo fechado em regras e conteúdos programáticos que limitam a participação do aluno em sua *fala*. A preocupação com a “passagem” de conteúdos acaba sendo maior do que o desejo em estimular a discussão e a construção de pensamentos dos alunos.

Dessa forma, pensando na escola enquanto um espaço de discussão e produção de conhecimentos e subjetividades vimos compreendemos que o diálogo com as vozes infantis é de fundamental importância para o espaço escolar. Afinal, as crianças fazem parte da escola, pensam e refletem sobre a mesma, não podendo ser silenciadas a fim de uma adequação ao programa escolar.

Etimologicamente a palavra infância deriva do latim *infant* que significa *aquele que não fala*, ou seja, aquele que vem sendo falado pelos diferentes discursos e saberes, sejam eles: médicos, jurídicos, psicológicos, pedagógicos, midiáticos, etc.

Hoje, a partir de tantos estudos sobre a infância realizados ao longo da história, podemos compreendê-la como um ser humano de pouco de idade capaz de representar o mundo e a si mesma com coerência e fidedignidade. Porém, se aparentemente, muito já sabemos sobre a condição da criança brasileira, porém ainda sabemos muito pouco sobre o que esta pensa sobre o mundo, o que ela tem a dizer sobre o espaço no qual está inserida, e sobre o lugar que ocupa na sociedade. Por isso, compreendo a importância da escola como um espaço para oportunizar a fala, a discussão e a formação de questionamentos deste sujeito infantil, que, na maioria das vezes, passa toda sua infância sem a oportunidade de expressar o que pensa e o que compreende sobre o mundo.

No primeiro capítulo inicialmente apresento uma breve reflexão sobre minha experiência formativa ao longo da minha trajetória de vida como sujeito de direitos. Posteriormente é apresentada uma discussão a cerca da natureza sócio-histórica da infância, refletindo sobre a construção deste conceito ao longo da história, visando refletir sobre a longa trajetória da infância em busca de sua cidadania. Dessa forma, emergimos em uma discussão a cerca dos direitos das crianças, levando em consideração uma história de luta pelos direitos dos pequenos e enfatizando a Convenção dos Direitos das Crianças como um marco nessa história. Dessa forma, uma das sessões do capítulo busca refletir sobre a vivências desses direitos na escola, tendo uma atenção especial ao direito de participação defendido pela Declaração.

Já no segundo capítulo, focalizamos a vivência na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé, apresentando questões referentes a metodologia da pesquisa. Também neste capítulo narramos a experiência da Oficina “A escola que temos e a escola que queremos” que objetivou a vivencia dos Direitos das Crianças na escola, tendo como tema gerador da oficina o direito à escola, buscando através dessa oficina a vivencia do direito de participação, na tentativa de oportunizar a *fala* das crianças.

O Terceiro Capítulo se detém a apresentar as conclusões do trabalho, ainda que essas sejam apenas considerações provisórias. Refletindo sobre todo o trabalho

da pesquisa e apresentando alguns apontamentos a cerca das (in)conclusões construídas ao longo da pesquisa.

“A criança, filhote do homem, é ser em maturação, cidadão do futuro, esperança de uma humanidade que não tem mais esperança, é desalojada por uma criança parte da humanidade, fruto de sua tradição cultural, que é também capaz de recriá-la, refunda-la, criança que reconta e ressignifica uma história de barbárie, refazendo essa história a partir dos despojos de sua mixórdia cultural, do lixo, dos detritos, trapos, farrapos, da ruína”

*Walter Benjamin*

## **Capítulo 1:**

### **Infância(s) e Direitos: desafios na construção da cidadania infantil**

#### **1.1 - Uma experiência de auto-conhecimento: refletindo sobre minha formação ao longo do trabalho de pesquisa**

Nasci em um ano repleto de transformações. Transformações essas que, na época, não fazia idéia de como me afetariam, como fariam parte de minha história, como estariam presentes em minha formação enquanto sujeito social e histórico. Um ano de definições, um ano marcado por fatos que modificaram a história. O ano da queda do muro de Berlim, o ano da primeira eleição direta no Brasil, o ano do fim da Guerra Fria, o ano da Convenção dos Direitos das Crianças. Fatos que dividiram a história, início de um período de esperança, de novos começos.

Sempre me orgulhei de ter nascido neste ano. Afinal, desde muito nova gostava de história. Lembro-me que na escola, o assunto que mais gostava de estudar era o período da Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra, principalmente o período da ditadura militar no Brasil. Para muitos, era um pouco estranho ver uma menina de 12 anos tão interessada nessa história. Com o tempo fui percebendo o ano de 1989 como um ano de decisão, de grandes mudanças, me afeiçoando dessa forma com o ano do meu nascimento. Sentia-me parte deste momento de esperança que nascia em meu país.

Sou filha de brasileiros, neta de portugueses, bisneta de turcos e índios. Orgulho-me dessa descendência tão plural. É como se tivesse um pouco de cada lugar, de cada povo e de cada cultura em mim, porém com um carinho especial pelo país em que nasci, o Brasil. Meus avós maternos e toda a minha família por parte de mãe é portuguesa, meus avós paternos são brasileiros. Minha avó paterna é goçalense, mas criada em Fortaleza, ela era filha de turcos. Meu avô paterno é filho de Índio, vindo da Amazônia e filho de uma Paraibana, Vovó Ninô, única bisavó que conheci. Ela viveu até os 97 anos e deixou 12 filhos.

Nasci no dia 30 de agosto de 1989 em Niterói, porém, assim que saí do Hospital fui para minha casa na cidade de São Gonçalo, no bairro Porto da Pedra.

Morei lá durante 21 anos da minha vida. Sempre tive uma relação de muito carinho com minha cidade. Apesar do abandono das autoridades com relação à saúde, educação, saneamento e a indiferença das mesmas com relação ao patrimônio histórico e cultural da cidade, nunca gostei que falassem mal da minha cidade.

Sempre acreditei na construção dessa cidade de uma forma esperançosa, almejando a melhora da mesma, e essa esperança ainda está presente em mim, apesar do tempo e da maturidade tentarem arrancar de mim essa esperança.

Minha mãe, Rita de Cássia, nunca quis que eu fosse atendida por nenhum serviço público em São Gonçalo. Ela sempre dizia que era muito ruim, por isso nasci em Niterói, pois segundo ela, em São Gonçalo não havia bons hospitais. Também por essa visão negativa do serviço público na cidade, minha mãe sempre lutou para que eu estudasse em colégios particulares. Nunca estudei em colégios públicos. Meus pais, mesmo sem ter condições de pagar a escola, sempre economizaram para dar para mim e para minha irmã, Luciana, uma educação de qualidade. Lembro-me que meu pai tinha dois empregos para conseguir sustentar nossa família.

Desde muito nova sempre gostei de estudar e sempre quis ser professora. Às vezes, andando pelas ruas da cidade encontro algumas professoras que me deram aula durante a educação infantil e o Ensino Fundamental. Quando falo que estou terminando o curso de pedagogia e que serei professora, a maioria delas sempre trazem a lembrança o mês fato. Elas dizem: “você sempre disse que queria ser professora”.

Lembro-me de uma vez que encontrei com minha professora da antiga segunda série, Tia Denise. Quando contei a ela que seria professora e estava terminando a faculdade ela sorriu e lembrou que na época em que eu era sua aluna, eu escrevi uma redação falando que quando eu crescesse, queria ser professora. Fiquei muito feliz, pois essa é uma lembrança que nem eu mesma me recordo. Lembro de brincar de *escolinha* com minhas bonecas, mas não me lembro de ter registrado tal desejo em uma redação.

Aos sete anos de idade descobri que herdei de minha mãe uma doença congênita, catarata. A doença evoluiu muito rapidamente e, desde a antiga segunda série, passei a usar uma lupa para ler os livros e cadernos. Além disso, minha mãe acendia as linhas do caderno com caneta, pois já não conseguia enxergá-las.

Neste período a escola teve um papel fundamental em minha vida. Lembro-me que a lupa que usava foi presente da diretora da escola, e que os exercícios escritos no quadro eram ditados para mim pela professora. Além disso, não me lembro de ter sofrido nenhum preconceito dos meus amigos de escola com relação ao meu problema visual.

Aos nove anos de idade fiz a cirurgia de catarata. Tal cirurgia causou uma grande preocupação em minha família, afinal minha mãe havia perdido a visão do olho direito aos dez anos de idade, também numa cirurgia de catarata, e olho esquerdo desenvolveu um glaucoma, o qual ela tratava com medicamentos. O medo de acontecer o mesmo comigo era explícito. Lembro-me que não estava preocupada, afinal, eu não tinha idéia de como enxergava mal.

Nascida no mesmo ano da Convenção dos Direitos da Criança, esta cruzou meu caminho várias vezes. Como no que diz respeito ao direito à vida (artigo 6), ao direito de um nome, uma nacionalidade e uma família (artigo 7), ao direito de proteção contra maus tratos e negligência e a tantos outros direitos vividos e construídos ao longo de minha trajetória de vida. Porém, neste período dessa trajetória trago a reflexão o artigo 23 da Convenção dos Direitos das Crianças:

Os estados reconhecem que toda criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais; estimularão e assegurarão a prestação de assistência adequada ao estado da criança, que será gratuita e visará assegurar a criança deficiente o acesso à educação, à capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, a preparação para emprego e às oportunidades de lazer de forma que ela atinja uma completa integração social. Os estados promoverão ainda o intercâmbio e a divulgação de informações a respeito de métodos e técnicas de tratamento, educação e reabilitação para que se possa aprimorar os conhecimentos nestas áreas.

Vivenciei uma experiência como deficiente visual durante boa parte de minha infância, acredito que seja válido trazer a reflexão os artigos da convenção que visam tão somente a proteção e o bem estar da criança, colocando esta numa posição de sujeito de direitos na sociedade. Tais direitos citados anteriormente não me foram privados, e em meio a tanta injustiça e descaso com as crianças neste país percebo este fato como algo que legitima a importância da convenção na tentativa de melhorar as condições de vida das crianças no mundo.

Após as cirurgias realizadas com sucesso prossegui a vida escolar, passando da infância para adolescência. Período conturbado onde tive que passar de uma criança sem muitas responsabilidades para uma adolescente firme e comprometida com muitas responsabilidades. Tal transformação teve como ponto de partida a perda gradativa da visão de minha mãe. Aquela, que tanto me ajudou no período em que nem as linhas do caderno eu enxergava, agora trocava de lugar comigo. Após de vinte anos com glaucoma minha mãe sofreu um descolamento de retina seguido de várias e sérias complicações. Nesse período precisei assumir uma nova postura. Ainda muito infantil e insegura no começo cometi vários erros, porém com o tempo, notando que sem meu pai, que a poucos anos atrás havia abandonado nossa família, e notando minha avó muito atarefada cuidando de uma neta recém nascida, só restava eu para tomar uma atitude e apoiar minha querida mãe, que nunca mediu esforços para o melhor em minha vida.

Foi um período duro, muitas alegrias e frustrações que serviram de cenário para meu amadurecimento na passagem da adolescência para a vida adulta. Muitos sonhos e planos feitos durante este período foram alimentado a esperança em que os mesmos se tornassem realidade. Dentre eles o transplante de córnea da minha mãe e meu casamento, que ela tanto sonhava poder ver.

Sou cristã e, apesar de congrega com um grupo cristão e ter vínculos com congregações evangélicas, não me denomino tendo uma religião. Tomo essa posição por uma série de concepções, dentre elas o fato de não crer que um Deus tão poderoso se feche dentro de uma religião. A palavra religião vem do latim *religare*, que significa religar ao divino. De acordo com a Bíblia o único que tem o poder de religar o homem a Deus é Jesus. Dessa forma, nego-me a crer em

qualquer tipo de religião, já que não possuem o poder de religar o homem a Deus. Creio em Deus, em Jesus Cristo, no Espírito Santo, na Santa Trindade e atribuo e agradeço a esse Deus o milagre da cirurgia de minha mãe. Uma cirurgia que muitos médicos se negaram fazer por não verem saída, mas que Deus, em sua infinita misericórdia e amor, concedeu a mim e a minha família. Tal cirurgia foi feita três meses antes do meu casamento, sendo possível que minha mãe realizasse o sonho de me ver vestida de noiva.

Agora casada e me formando em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro na Faculdade de Formação de Professores, aprovada no concurso para professora do Município de São Gonçalo, percebo como o destino e os afetos e desafetos construídos ao longo de minha pequena trajetória até aqui afeta minha vida, meus desejos, anseios e planos para o futuro.

Ao longo da pesquisa, convivendo com as crianças da Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé, percebo a riqueza do cotidiano escolar para a reflexão sobre os direitos dos pequenos, a fim de que estes, assim como eu, percebam os direitos que possuem perpassando sua vida, sua existência, a fim de que os próprios se reconheçam enquanto sujeito de direitos.

Da mesma forma que a Convenção dos Direitos das Crianças, nascida no mesmo ano que eu, participou da minha vida, da minha construção enquanto sujeito de direitos e sendo válida em tantos momentos, intenciono agora, como professora, assumir a responsabilidade de contribuir para que esta relação se amplie para outras crianças, crianças essas que talvez não tenham tido todos os seus direitos garantido, ou que talvez nem ao menos saibam da existência de seus direitos.

Novos planos, novos rumos, novos projetos e novos desafios se constroem a partir de uma jornada que busca uma continuidade marcada pela imprevisibilidade, pelo desconhecido e pelo anseio em conhecer. A escrita deste breve memorial me permitiu olhar o passado com olhos do presente, ressignificando os acontecimentos vividos como possibilidade de aprendizagens, e construção de novos sentidos para um tempo que se chama futuro, mas que já se presentifica em minha vida.

## 1.2 – A construção social da infância: refletindo sobre o lugar da infância na atualidade

Com base em uma perspectiva histórica e social, a criança nem sempre foi vista ou compreendida da mesma forma durante toda a história. Muitos estudos de natureza histórica apontam para a infância enquanto uma etapa da vida do ser humano com uma importante dimensão social.

Porém, outras análises e concepções a cerca da infância foram construídas ao longo da história, onde a criança era encarada em diferentes papéis sociais. Tais análises e concepções, apesar de terem sido elaboradas em um tempo um pouco distante do atual, afetam profundamente o olhar da sociedade para com as crianças hoje. Segundo PINTO (1997), para alguns, aquilo que a criança já é a determina como criança, e isso é suficiente. Já para outros, o importante é ver o que falta na criança para que ela *venha a ser*. Outros ainda enfatizam a importância da iniciação no mundo adulto, enquanto outros defendem a proteção da criança frente a esse mundo. Ainda há aqueles que enfatizam as capacidades da criança ou ainda destacam fatores que as mesmas carecem.

Muitos são os olhares construídos sobre as crianças ao longo da história, olhares esses carregados de concepções e princípios elaborados por pensadores que tiveram sua atenção voltada para essa questão tão complexa: a infância.

A infância entendida enquanto uma construção social toma força a partir do trabalho de Philippe Àries, *A história social da infância e da Família* em 1960. Tal trabalho trás questões muito profundas no que diz respeito a dimensão social, histórica e cultural da infância. De acordo com Àries, não havia um sentimento de infância ou uma idéia de infância. Na Idade Média, as crianças são vistas como adultos em miniatura, tinham atividades cotidianas compartilhadas com adultos, comiam, se divertiam e dormiam com os adultos. A fronteira entre o mundo adulto e o mundo infantil era algo indeterminado, já que a criança, conforme se tornava menos dependente da mãe, era inserida pouco a pouco ao mundo dos adultos. Essa transição costumava ocorrer quando a criança estava por volta dos sete anos de idade, já que desde o 4º Concílio de Latrão em 1215 a igreja reconhecia a criança como já tendo algum tipo *de uso da razão* por volta desta idade. Ou seja, na Idade

Média, crianças de sete anos já passavam a ser consideradas adultas (PINTO, 1997).

Outros pensadores também contribuíram com a discussão sobre a infância. Nos séculos XVII e XVIII, grandes pensadores têm a sua atenção voltada para a infância, dentre eles John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778). O primeiro apresenta uma teoria que marca, durante um longo tempo, as concepções e práticas relacionadas as crianças. Tal teoria é conhecida como “A teoria da Tábula Rasa”, que compreende o ser humano recém nascido como um tipo de superfície maleável, onde os adultos poderiam *escrever* aquilo que achassem necessário para o seu desenvolvimento (PINTO, 1997). Jean Jacques Rousseau é inicialmente influenciado por John Locke, porém constrói o seu próprio pensamento. Pensamento este que compreende a criança como um ser que nasce bom, merecedor de proteção. Para o filósofo, a primeira educação da criança deveria basear-se apenas na preservação e não em ensinar virtudes humanas, mas proteger o coração desse pequeno contra os vícios e males, sendo o adulto uma figura fundamental na formação da criança como boa pessoa ou não.

Já no século XX, Loyde Mause pode ser destacado como o historiador da infância nesse período da história. Apesar de sua visão ser semelhante em alguns aspectos com a de Ariès, Mause era orientado por outra perspectiva. Para o historiador, a infância fazia referencia a um pesadelo que, de modo recente, havia começado a ser descoberto, mas que ao ser investigado promoveria um encontro com uma história de morte, abandono e abuso sexual contra crianças.

É preciso admitir que os velhos se misturavam com os jovens. Longe de serem separados pela idade, suas relações deviam ser reguladas por tradições de iniciação que uniam com laços estreitos os alunos pequenos aos maiores (ARIES. 1981, p. 168).

Na maioria dos estudos históricos da infância é possível observar a relação entre o mundo infantil e o mundo adulto enredando toda a construção da história social da infância. Em certos momentos históricos a fronteira entre esses dois mundos era algo pouco percebido, já em outros momentos, tal fronteira era algo

destacado e determinado, sendo até mesmo, muitas das vezes, a grande motivação para um adulto investir no desenvolvimento de uma criança: torná-la um adulto.

No Brasil, as vivências e a preparação da criança para o mundo adulto diferenciavam-se a partir de seu pertencimento sociorracial e de gênero. A criança escrava era preparada para a vida adulta a partir dos seis ou sete anos de idade através do trabalho. Já o menino branco pertencente a elite tinha seu aprendizado para a vida adulta em colégios a fim de adquirir instrução intelectual. As meninas brancas pertencentes a elite recebiam um aprendizado voltado para a compreensão de saberes supostamente *femininos*.

Dessa forma, apesar de paradoxalmente, sempre terem existido crianças, “seres biológicos de geração jovem”, nem sempre houve infância. Isto é, a infância enquanto uma categoria social com estatuto próprio. A atual visão sobre a infância é fruto de uma longa construção histórica.

Aquilo que parecia um fenômeno natural e universal era afinal o resultado de uma construção paulatina das sociedades modernas e contemporâneas.

(PINTO. 1997, p.38).

A idéia de infância nem sempre existiu da mesma forma. Ao longo da história é possível observar a criança como um adulto em miniatura, como trabalhadora, como um ser necessitado de uma atenção especial por parte dos adultos, como alguém que precisa ser protegido dos vícios e males humanos e como tantas outras formas através de olhares carregados de influências históricas, sociais e culturais.

Dessa forma, como a infância é vista e compreendida hoje? O que é infância na atualidade? Ou, o que é *ser criança* hoje? Da mesma maneira que o conceito de infância sofreu alterações e mudanças ao longo das transformações sociais, será possível hoje haver uma definição de *infância*?

Dialogando com GOUVÊA (2002) é possível compreender que a infância não compõe uma categoria universal, mas cada criança vive a infância inserida em uma determinada cultura. Uma criança indígena desenvolverá padrões de conhecimento e comportamento a partir do contato com o seu grupo. Tais padrões são diferentes de uma criança da cultura ocidental urbana. A criança indígena, aos sete anos

saberá caçar, pescar, reconhecer diversos tipos de plantas e sua função, algo que seria pouco provável que uma criança ocidental urbana fizesse aos sete anos de idade. Já esta aprenderá desde cedo a ler e escrever, afinal tal habilidade é fundamental no meio urbano. Ou seja, é impossível haver um padrão universal que defina a criança biológica ou psicologicamente apenas. Os padrões de desenvolvimento são definidos pelos saberes, valores e práticas disponibilizados pela cultura (GOUVÊA, 2002). Portanto, não há a infância, e sim diferentes infâncias, diferentes vivências do *ser criança*.

Durante as últimas décadas um forte interesse é demonstrado através da infância, através da elaboração de legislações e acordos em prol do bem estar das crianças, como a Convenção dos direitos das crianças de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Além disso, muitos pensadores tiveram sua atenção voltada para o estudo da/sobre a infância e uma grande produção sobre a infância, sua história, a condição da criança no mundo, a legislação em defesa da criança são elaboradas. Sendo possível hoje ter acesso a um grande acervo sobre tais assuntos.

Em meio a essa movimentação repleta de discussões, questionamentos e lutas pela garantia de uma melhor condição de vida para as crianças, muitos discursos foram elaborados sobre a infância. Discursos jurídicos, pedagógicos, midiáticos, etc. Porém o que a criança tem a dizer sobre si, sobre sua vida, sobre as instancias sociais da qual faz parte?

Durante muito tempo, a história da criança foi contada “sobre a criança” através do discurso do adulto e não “com a criança”, por não se considerar a fala da criança como um discurso legítimo, mas sim como uma fala infantil sem sentido (Abramowicz, p. 2003). Por isso buscarei, a partir do meu referencial teórico-metodológico, que compreende a criança como sujeito sócio-histórico e (re) construtor de sua cultura, torná-la parceira da pesquisa, (co) autora, levando em consideração suas falas e inquietações. Dessa forma, busco refletir sobre condições para que as vozes infantis, mesmo as ainda sussurrantes ou as que foram emudecidas, falem e expressem suas visões de mundo. Que possam explicitar os

seus questionamentos e que sejam ouvidas nessa sociedade onde uma minoria domina e dita as regras.

Em uma sociedade desigual e perversa como a sociedade brasileira, onde hoje as massas populares são dominadas e caladas por classes dominantes que ditam e decidem de forma “autoritariamente sutil” as regras; onde observamos atônicos poucos com muito e tantos com tão pouco, é possível contemplar na educação um caminho para a construção de um ambiente onde as vozes dessas massas populares, na maioria das vezes silenciadas, tenham dignidade, sejam ouvidas e levadas a sério. Tal afirmação poderia ser uma pergunta, porém acredito nessa constatação e me indago a cerca de outra questão: como construir no cotidiano escolar este ambiente?

Tal construção não será a solução dos problemas citados acima, porém talvez seja um grande passo para repensarmos as práticas educacionais. Além disso, o presente trabalho não tem a pretensão de apresentar uma fórmula pronta para a construção deste espaço de discussão, construção de questionamento e promotor da atenção às vozes até então silenciadas, e sim refletir sobre possíveis práticas que contribuam para esta construção. Não se trata de uma construção física, como sugestões de atividade ou algo parecido, mas uma construção ideológica, que afete nossa maneira de pensar, nossa consciência a cerca do papel da criança na sociedade, principalmente na escola.

Talvez esta idéia pareça um tanto quanto romântica, ou até mesmo utópica. Porém, dialogando com Freire (1998), venho compreendendo utopia

“(…) no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre denúncia e anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e espoliadora e o anúncio de um sonho possível de um sociedade que pelo menos seja menos espoliadora do ponto de vista das grandes massas populares que estão constituindo classes sociais dominadas”.

(FREIRE 1998, p 100).

Logo, a utopia é um sonho possível. Penso que a vivência do sonho a cerca da construção da escola como um lugar que oportunize a fala da criança, não como

um favor, mas como um direito, direciona-nos à reflexão a cerca dos direitos desses pequenos atores sociais.

### **1.3 – A Convenção dos Direitos das Crianças: embates na luta pela cidadania infantil**

Durante toda a história ocorreram fatos que revelaram a necessidade do homem em construir uma sociedade de direitos. No século XVIII, com o surgimento da burguesia e a luta pelo término da servidão durante o período feudal, começasse a observar a idéia dos homens como iguais. Esta idéia foi ratificada em outros períodos ao longo da história, como na Declaração de Independência Norte-americana em 1776 e na Declaração dos direitos do homem e do cidadão da Revolução Francesa em 1789, compostos por valores de igualdade e liberdade.

A declaração dos direitos humanos foi apresentada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em um clima de grande tensão vivida pelo mundo, afinal tratava-se do período da Guerra Fria, caracterizada pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética.

Um das primeiras conceituações a cerca dos direitos das crianças, surgiu a partir do trabalho de Eglantyne Jebb, fundador da Save the Children (Save as crianças), em 1919 na Inglaterra. Além disso, Jebb estabeleceu um ano depois a União Save de Children internacional em Genebra. O Save the Children tinha como objetivo o levantamento de recursos para a assistência de crianças vítimas da 1ª Guerra Mundial. Segundo o Relatório da UNICEF sobre a situação Mundial da Infância de 2009, em 1923, Eglantyne Jebb definiu sua posição com relação aos direitos das crianças: "Para mim, parece chegado o momento em que já não se pode mais esperar que grandes ações de alívio sejam realizadas. Se mesmo assim quisermos continuar trabalhando pela criança..., aparentemente o único meio para fazê-lo é conclamar um esforço cooperativo das nações para proteger suas próprias crianças de maneira construtiva, e não como caridade. Acredito que devemos reclamar certos direitos para a criança e trabalhar para que sejam reconhecidos internacionalmente."

Tendo estes objetivos, a União Save the Children elaborou propostas a fim de reivindicar os direitos das crianças. Tais propostas foram adotadas pela Liga das Nações para a Declaração de Genebra dos Direitos das Crianças em 1924. Tal Declaração apresentava cinco princípios fundamentais: direito das crianças aos meios para o desenvolvimento material e espiritual; direito ao auxílio em caso de fome, doença, incapacitação, orfandade ou delinqüência; proteção contra a exploração; à prioridade no auxílio em situações de risco; uma formação para a vida em sociedade.

O período após a Primeira Guerra Mundial abriu espaço para a discussão a cerca dos cuidados das crianças. Já a Segunda Guerra Mundial abriu espaço para a criação da Organização das Nações Unidas, e em 1946, a União Internacional para o Bem-estar da Criança (*International Union for Child Welfare – IUCW*).

A União Save the Children Internacional e a Associação Internacional para o Bem-estar da Criança pressionaram a Organização das Nações Unidas a apoiar e ampliar a Declaração de Genebra.

A princípio a ONU pensou em articular a Declaração Universal dos Direitos Humanos, deixando os cuidados com as crianças implícitos nesta Declaração. Porém, em 20 de novembro de 1959 a ONU elabora sua própria Declaração dos direitos das crianças. Este documento teve uma ênfase assistencialista, visando a proteção das crianças.

Posteriormente, em 1987, a ONU concluiu que condições de sobrevivência e desenvolvimentos das crianças só obteriam melhoras quando os Direitos das Crianças fossem compreendidos na forma da lei. A partir desta conclusão se começou a pensar em um documento preliminar da Convenção dos Direitos das Crianças, que seria estabelecida dois anos depois.

Trinta anos após da Declaração dos Direitos das Crianças de 1959, é adotada a Convenção dos Direitos das Crianças pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.

Em janeiro de 1990 a Declaração foi aberta para assinaturas e foi assinada por 61 países. Durante a década de 1990, muitos dos princípios e dispositivos da

Declaração passaram a influenciar e a serem incorporados na legislação em inúmeros países.

A Convenção dos Direitos das Crianças teve um importante papel ao se estabelecer, alertando a sociedade internacional para a situação das crianças em todo o mundo, considerando a desigualdade que atinge as mesmas. Dessa forma, a convenção passou a ser reconhecida por muitos países como um novo símbolo de civilização (GROSSI, 2003).

Grossi (2009, p.33) chama a atenção para o paradoxo encontrado na situação da infância hoje. Os adultos gostam das crianças, valorizam a espontaneidade delas, mas submetem-nas a regras institucionais autoritárias cada vez mais cedo. Reconhecem a necessidade de dar atenção às crianças, porém cada dia mais dedicam menos tempo a elas buscando inúmeras alternativas que possam suprir sua ausência, dentre tantas outras práticas contraditórias.

Porém, mesmo depois da Convenção, as crianças continuam sendo o grupo social que mais sofre com a desigualdade social, com a miséria e a fome, vítimas da exploração do trabalho infantil como também da prostituição infantil. Segundo dados da UNICEF quase 3 milhões de crianças com idade entre 5 e 14 anos trabalham. No Brasil, cerca de cinco crianças são violentadas sexualmente diariamente. Na América Latina a cada hora 228 crianças \_ principalmente meninas \_ sofrem abuso sexual. Acredita-se que cerca de 180 milhões de crianças entre 5 e 17 anos estejam envolvidas em terríveis formas de trabalho infantil, sendo uma em cada 8 crianças em todo o mundo. Além disso, todos os anos, 1,2 milhões de crianças são vítimas do tráfico. Em países em desenvolvimento, 150 milhões de crianças apresentam baixo peso, comprometendo seu desenvolvimento físico e mental e aumentando o risco de mortes por desnutrição. Desde 1990 (um ano após a Convenção dos Direitos das Crianças – 1989) mais de 2 milhões de crianças morreram ou foram gravemente feridas em guerras.

Dessa forma, é possível perceber que apenas normas jurídicas não são suficientes para uma transformação da realidade. É necessária a compreensão da criança em seu âmbito social, cultural e emocional, levando em consideração as inúmeras relações envolvidas nisso, sejam elas econômicas, políticas, etc. Para que

dessa forma seja possível a construção de um olhar sobre a criança que a entenda como sujeito sócio-histórico, dotado de conhecimentos e questionamentos e necessitando de cuidados especiais.

Sendo assim, as várias normas que defendem as crianças não serão apenas letras escritas em um papel, mas farão sentido para a sociedade, capacitando esta a agir de maneira a transformar os papéis em realidade.

Infelizmente esta não é a realidade em nosso mundo. Apesar de 193 países terem ratificado a Declaração da Convenção de 1989, normalmente quando alguma nação procura colocar em prática esses direitos, nota-se um movimento de hierarquização na tentativa de implementação dos direitos das crianças. Tal fato ocorre de modo a diluir determinados direitos.

Os direitos estabelecidos pela convenção são os direitos de proteção (direito a um nome, identidade, nacionalidade, contra a violência de adultos e etc.), os direitos de provisão (direito a alimentação, moradia, saúde, educação, etc.) e os direitos de participação (direito a decidir questões referentes a sua vida e instituições que faz parte). Esta ordem hierárquica é normalmente construída em países que tentam implementar os direitos da criança, deixando em último lugar o direito de participação.

De acordo com o artigo 13 da Declaração sobre os direitos da criança de 1989, a criança tem direito à

“(...) liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e idéias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança”.

Também no artigo 12 da Convenção, é possível observar mais uma afirmação da importância da participação das crianças.

Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.

Dessa forma, é possível concluir que o direito de participação da criança na sociedade não é uma opção de cada instância política-social. Da mesma forma, o direito de participação da criança na escola não é apenas uma opção a ser trabalhada de acordo com determinadas práticas pedagógicas, mas um direito garantido pela Convenção dos Direitos da Criança.

Dessa forma, observando a diluição do direito de participação da criança na sociedade, é possível afirmar a importância do reconhecimento da natureza sócio-cultural das crianças, afinal, como reconhecer a criança como sujeito sócio-cultural negando o seu direito de participação? Estas questões nortearam o foco e a escrita do nosso segundo capítulo. Tentar compreender estas questões e outras, me desafiaram no cotidiano da pesquisa na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé, em São Gonçalo.

“É difícil compreender como no vasto mundo,  
falta espaço para os pequenos”

*Carlos Drummond de Andrade*

## **Capítulo II:**

### **Questões teórico-metodológicas na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé: dialogando com as vozes infantis**

O balizador em todo o percurso teórico-metodológico da pesquisa tem sido o desafio em investigar as relações entre as crianças no que diz respeito as suas concepções sobre a cidade, sobre o lugar onde vivem e, principalmente, sobre o espaço escolar. Dessa forma, optamos por uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, buscando, não apenas uma coleta de dados, e sim um movimento de ação-reflexão-ação a partir do convívio com as crianças, conhecendo seus questionamentos, indagações e sua visão de mundo.

A metodologia da pesquisa considerou a escola como um espaço/tempo repleto de diversos significados e ações, onde a pesquisadora cria relacionamentos e vínculos com os diferentes sujeitos escolares. Afinal, o pesquisador também faz parte do cotidiano pesquisado. Tal cotidiano é perpassado por sentimentos e emoções, logo é impossível para o pesquisador assumir uma postura de neutralidade, já que o mesmo desenvolve um envolvimento com o espaço pesquisado.

Dessa forma, busquei viver as experiências na Escola Municipal Arca de Noé de forma ética e intensa. Buscando não apartar teoria e prática, mas construir um caminho onde tais aspectos caminhem juntos em minha intervenção na escola.

A partir das experiências vividas com as crianças ao longo da pesquisa, colhi algumas histórias e falas que revelam o pensamento das crianças com relação a si próprias, a escola e aos seus direitos. Tais falas e histórias contribuíram profundamente para a presente pesquisa, já que tenho como referencial teórico a criança como sujeito sócio-histórico e participante da pesquisa.

Dessa forma, percebo a importância da discussão a cerca da criança enquanto sujeito da pesquisa, tirando-a de um lugar de objeto, mas contribuindo para que essa se faça participante da mesma.

## **2.1 - Infância e ética: O desafio de tornar as crianças parceiras na pesquisa**

Qualquer pesquisa, especialmente uma pesquisa com crianças de cunho etnográfico, tem a necessidade de discutir algumas questões de caráter ético que devem e precisam ser levadas em consideração. Afinal, parto de um referencial teórico que compreende a infância como grupo geracional e a criança como cidadã, sujeito histórico, (re) construtora de sua cultura, porém que necessita de cuidados especiais. A partir desta concepção é surgem certos questionamentos sobre alguns problemas de fundamental importância em uma pesquisa com “os pequenos” (TAVARES, 2003), dentre eles: o nome das crianças (verdadeiros ou fictícios) , bem como a imagem das mesmas (seus rostos). Tais fatores não podem ser trabalhados isoladamente, mas de forma conjunta, afinal ambos constituem nossa identidade como sujeito sócio-histórico.

Por isso, dialogando com Kramer (2002), encontramos algumas alternativas para a exposição do nome das crianças no material coletado na pesquisa. Dessa forma, optei por não utilizar números ou letras para mencionar as crianças, pois isso negaria sua condição de sujeito da pesquisa e poderia desconsiderar sua identidade, permitindo que as crianças ficassem no anonimato, anulando dessa forma sua autoria. Por isso optamos por sugerir as crianças que escolhessem seus nomes, assim ao olharem para a pesquisa poderiam se reconhecer, não somente seus rostos ou falas, mas se reconhecerão também como participantes da pesquisa. Dessa maneira, entendemos que as crianças poderão reconhecer a si próprias no texto que é escrito (por outras pessoas) sobre suas histórias.

A fotografia, outra característica da pesquisa com crianças, torna-se um poderoso instrumento para abrigar a memória e construir subjetividades, tornando

possível que as crianças possam se ver, ver ao outro, enxergar e problematizar a realidade em que vivem.

Somos sujeitos da cultura, portanto nomes, rostos e ações constituem a nossa identidade e a nossa subjetividade. Nesse sentido, a dimensão ética deste assunto está diretamente ligada também à autorização de si próprias como sujeitos da e no processo de pesquisa. Tratando especificamente da pesquisa com criança, quem autoriza a utilização das fotografias normalmente é o adulto a fim de proteger as crianças, evitando que suas imagens sejam exploradas. Porém, quem são os sujeitos da pesquisa? Como proteger e, ao mesmo tempo, garantir autorização? Refletindo sobre isso durante a pesquisa busquei trabalhar de forma ética na intervenção na escola, buscando compreender a criança como sujeito sócio-histórico, buscando ouvi-la levando em consideração a sua posição enquanto sujeito da pesquisa, procurando ter uma “escuta sensível” das mesmas nas várias etapas do trabalho investigativo.

## 2.2 – A Arca de Noé e sua história



Criada em 1987 e inaugurada em 1988, pelo Major Forbem Eliason da Igreja Exército da Salvação localizada no bairro Camarão. A escola Municipal Arca de Noé faz parte do grupo das 29 escolas de educação infantil do Município de São Gonçalo, segundo maior município em densidade populacional do estado do Rio de Janeiro. Porém a escola já existira antes mesmo do acordo com a prefeitura do município.

Um dos maiores problemas da escola está relacionado com o espaço físico que é um dos maiores desafios da escola e em especial do corpo docente. A escola está instalada numa casa que foi adaptada para o seu funcionamento, possuem duas salas pequenas e muito quentes, uma dessas salas é uma brinquedoteca, na qual dificulta o trabalho docente, pois é recheada de brinquedos que dispersam a atenção das crianças para as atividades propostas pela professora. A terceira sala é o pátio que também exerce a função de refeitório e sala de reuniões. O pátio é o espaço de integração entre toda escola, é onde todos os sujeitos se encontram.

Considero importante destacar tais dados, pois são importantes e reveladores para a construção da presente pesquisa. Os mesmos se destacam na fachada da escola, neste espaço material pode-se visualizar, na placa com o nome da escola, um escudo escrito Exército da Salvação. Da mesma forma há uma placa que aponta a escola como uma entidade de fins filantrópicos, para prestar atendimento a pessoas carentes: “Esta entidade tem certificado de fins filantrópicos concedido pelo conselho nacional de assistência social, para prestar atendimento a *pessoas carentes*”. De acordo com as observações feitas no espaço escolar pensamos ter essa placa um vínculo com a entidade religiosa que atribuiu tais concepções à referida escola.

É preocupante pensar que a palavra *carente* refere-se às crianças daquele local e que a instituição escolar presta um atendimento assistencial, o que faz com que pareça que a instituição presta favores às crianças. Como se não fosse um direito dos “pequenos” a educação pública a fim de terem seus direitos garantidos para o desenvolvimento integral enquanto cidadãos, em processo de formação.

Assim, percebo a necessidade da investigação sobre o Exército da Salvação, visto que seu vínculo com a instituição pesquisada vai muito além dos muros da escola.

Um elemento que norteou todo o trabalho da pesquisa foi a estrutura física da escola. O prédio da escola é uma casa antiga. Dessa forma a escola que possui três turmas de Educação Infantil em cada turno, possui apenas uma sala de aula. Na verdade o prédio possui três salas, uma cozinha e um pátio. Das três salas há uma sala de aula, a outra sala é utilizada para secretaria, direção e coordenação e a terceira é uma brinquedoteca e sala de vídeo. Esta última também é utilizada como sala de aula. Para comportar as três turmas o pátio também é utilizado como sala de aula.

Dessa forma a escola trabalha em um esquema de rodízio, onde até a hora do recreio uma turma fica no pátio, e após o recreio migram para uma das duas salas.

A questão estrutural da escola e o reconhecimento da precariedade dessa estrutura pelas crianças norteou todo o trabalho de pesquisa na Escola que será apresentado ao longo do presente capítulo.

### **2.3 – Opções metodológicas da investigação: os caminhos da pesquisa**

A opção metodológica da pesquisa consiste no desenvolvimento de uma investigação narrativa e descritiva, que tem como objetivo principal dialogar com as crianças sobre o direito à escola pública, almejando conhecer o que os “pequenos” já sabem sobre os seus direitos à educação pública e de qualidade, objetivando também a vivência do direito de participação na escola.

Desta forma, o presente trabalho busca discutir aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, travando o diálogo com autores Ariès (1978) e Donzelot (1986) a partir de suas reflexões sobre a infância enquanto grupo geracional portador de múltiplas especificidades.

O balizador em todo o percurso teórico-metodológico deste trabalho tem sido o desafio em investigar as relações entre as crianças, especialmente as suas concepções de mundo, principalmente, em relação aos seus direitos. Dessa forma, no exercício da pesquisa travei o desafio de não apenas buscar uma coleta de dados, mas sim um movimento de ação-reflexão-ação a partir do convívio cotidiano com as crianças e professoras da escola.

As questões metodológicas do presente trabalho fundamentam-se na questão da experiência como balizadora de todo processo investigativo:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas porém, ao mesmo tempo, quase nada acontece. Dir-se-ia que tudo o que passa esta organizado para que nada nos aconteça”.

(LARROSA. 2001, p.20).

Dessa forma, viver as experiências na UMEI Arca de Noé de forma ética e intensa foi um grande desafio durante todo o período da pesquisa. Buscando não apartar teoria e prática, mas construir um caminho onde tais aspectos caminhem juntos em nossa “investigação cúmplice” (TAVARES, 2008) na escola.

#### **2.4 – O espaço escolar: narrando uma experiência formativa**

Ao longo da pesquisa venho compreendendo enquanto estudante-pesquisadora que objetiva ser professora da(s) infância(s), que complexificar o trabalho desenvolvido com as crianças na Escola Municipal de Educação Infantil Arca de Noé vem se constituindo em experiências importantíssimas, que nos possibilitam refletir sobre as diferentes dimensões do trabalho com às infâncias. Os encontros realizados na escola faziam parte dos procedimentos metodológicos do projeto de pesquisa<sup>3</sup> no qual fiz parte desde 2008.

---

<sup>3</sup> Por que o local? Um estudo sobre as possibilidades educativas da cidade na formação de professores de Educação Infantil

Dessa forma, compreendo a importância de compartilhar experiências formativas realizadas a partir de uma oficina desenvolvida com a turma do terceiro ano da Escola Arca de Noé. Os relatos expostos, neste texto, são referentes à oficina intitulada “A escola que temos e a escola que Queremos” desenvolvida no segundo semestre de 2009.

O compromisso com a pesquisa em tela requer uma postura de responsabilidade em socializar as falas das crianças. Por tanto o fato dos nomes não serem mencionados não significa desconsiderar as identidades infantis em questão, a decisão de não apresentar os nomes faz parte das questões éticas da pesquisa, conforme já citamos anteriormente.

Movida pelo anseio em escutar as crianças e descobrir o que pensam sobre o mundo e, principalmente, sobre a escola, iniciei minha intervenção na Escola Municipal de educação infantil Arca de Noé a fim de coletar aquilo que as crianças tinham a dizer, mas que, muitas vezes, passavam despercebidas. O trabalho iniciou-se com visitas semanais a escola, nas quais eu permanecia a tarde com as crianças do 3º período da Educação Infantil. Durante este período conversei muito com as crianças, principalmente na hora do recreio, período onde parte das crianças almoçam<sup>4</sup>.

Em uma dessas visitas, na hora do recreio, quando Raquel, Paula e Larissa, do 3º período da Educação Infantil, estavam acabando de almoçar. Perguntei à elas se estavam animadas para a festa junina, a final todas estavam participando dos ensaios para a apresentação de uma dança, que aconteceria no sábado seguinte. Algumas disseram que sim, porém notei que Larissa ficou quieta e não me deu muita atenção. Então, perguntei:

\_ E você Larissa, está animada para festa?

\_ Eu não vou a festa não!\_ Respondeu ela.

Eu insisti:

\_ Mas por que você não vai à festa?

\_ Porque eu não tenho dinheiro para comprar as coisas da barrquinha.

---

<sup>4</sup> Nem todas as crianças almoçam na escola. Algumas delas almoçam antes de ir à escola e no período em que estão esperando os outros acabarem de almoçar, brincam e conversam.

E ela continuou muito irritada:

\_ No outro colégio era tudo de graça, aqui é tudo caro!

A partir da fala de Larissa, é possível observar uma incrível reivindicação sobre um direito que ela possui, o direito a escola pública gratuita e de qualidade. Mesmo sem ter talvez o conhecimento sobre a existência de uma lei que a assegura tal direito, Renata possui conhecimento de que a escola pública é gratuita e por isso questiona o fato de não poder participar da festa junina por não possuir dinheiro para comprar as prendas para as barracas da festa, algo que foi pedido aos pais pela escola.

Etimologicamente a palavra infância deriva-se do latim *infant* que significa *aquele que não fala*, ou seja, aquele que vem sendo falado pelos diferentes discursos e saberes, sejam eles: médicos, jurídicos, psicológicos, pedagógicos, midiáticos, etc. Porém, muito sabemos sobre a condição da criança brasileira, porém sabemos muito pouco sobre o que esta pensa sobre o mundo, o que ela tem a dizer sobre o espaço no qual está inserida e sobre o lugar que ocupa na sociedade. Por isso vejo a importância da escola como um espaço para oportunizar a fala, a discussão e a formação de questionamentos deste pequeno sujeito, que, na maioria das vezes, passa toda sua infância sem a oportunidade de expressar o que pensa e o que eu compreende sobre o mundo, presa em programas e conteúdos programáticos que não permitem a abertura de um espaço solidário que compartilhe as *falas* dos pequenos, isto é, daqueles que historicamente são minorizados pelos discursos e práticas da sociedade capitalista Ocidental (TAVARES, 2008).

A discussão sobre a escola gratuita e de qualidade poderia ser levada à sala de aula como o tema de uma discussão. E por que não com toda a equipe pedagógica? O comentário de Renata é algo que envolve seus amigos e também toda a escola, sendo possível que todos participassem dessa discussão e juntos construíssem novos conhecimentos.

Dessa forma, a partir da fala da Renata propus às crianças e a professora uma discussão sobre a escola pública, levando em consideração o que os pequenos pensam sobre a escola, principalmente sobre aquela em que estão matriculados,

almejando a vivência do direito de participação na escola de educação da(s) infância(s). Dessa forma, seria possível, a partir das discussões levantadas, pensarmos em melhorias ou engrandecimento de pontos positivos da escola, o que as crianças gostam, o que as crianças não gostam e o motivo de tais preferências.

Pensando na construção da escola enquanto um espaço de discussão, questionamentos e talvez o espaço inicial para futuras mudanças na educação da cidade, a partir de discussões feitas coletivamente por toda a comunidade escolar capazes de transformar conceitos, compartilhar conhecimento e produzir novos, conduzindo esta discussão a muitas outras.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Art. 3º inciso VI está garantido à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Sendo a educação escolar, especialmente a educação infantil, um instrumento de combate às desigualdades, compete ao Governo local garantir os recursos necessários para que o Estado assegure escolas públicas com qualidade, que permitam o acesso e a freqüência de todas as crianças, independentemente das suas condições econômicas e sociais.

A partir deste questionamento levantado por Larissa e objetivando a construção de novos conhecimentos sobre “os direitos da Infância”, bem como, a tentativa de viver a escola como um espaço de discussão, questionamentos, juntamente com a companheira de pesquisa Priscilla Guilles, também bolsista do Projeto de Pesquisa, foi elaborada uma oficina a ser desenvolvida com as crianças.

Na oficina inicialmente, conversamos livremente com as crianças sobre as características das escolas na sua cidade, em seus bairros. A partir da fala das crianças, procuramos mostrar que esta não foi à mesma durante toda a história, mas sofreu mudanças, sendo uma delas a construção das escolas públicas em São Gonçalo. A partir daí questionamos as crianças com as seguintes perguntas: o que é escola pública? E particular? Qual a diferença entre elas? A Arca de Noé é uma escola pública ou particular?

A partir dessa conversa e do surgimento de muitos comentários importantes das crianças, construímos juntos conhecimentos sobre o que é escola pública, sobre suas características e sobre a apropriação da mesma enquanto um direito nosso. A partir da compreensão da escola pública como um direito, e da discussão sobre a gratuidade e qualidade da escola pública como características fundamentais da mesma, muitas reivindicações foram feitas pelas crianças em relação à estrutura e aos materiais da escola.

Vários fatores foram apontados pelas crianças tais como a necessidade de novas pastas, a pintura nas paredes, ventilador nas salas, o conserto da porta que está quebrada, ente outros. Porém dois fatores foram os mais falados: a necessidade de um parquinho novo e a ampliação da escola.

Em um determinado momento da oficina, as crianças falaram que queriam uma sala nova, o João prontamente disse:

- \_ Não dá pra ter sala maior porque é uma sala do lado da outra.
- \_ Então a escola é que precisa ser maior? \_ perguntamos a ele.
- \_ É! \_ disseram todos em alta voz.

Após essa discussão com as crianças, propomos que elas fizessem um desenho da Arca de Noé que elas gostariam de ter, pois já que já havíamos compreendido que a escola pública é um direito e não um favor e precisa ter qualidade, o que a Arca de Noé poderia melhorar. Todas as crianças desenharam a escola que gostariam de ter.

Selecionamos alguns desenhos, porém a maioria das crianças representou uma escola grande, colorida e com um parquinho. Em alguns casos as crianças também desenharam computadores.



Figura 1: Desenho enfatizando a figura do parquinho e desenhando-o fora do prédio da escola.



Figura 2: Diferente da figura 1, neste desenho a criança desenhou o parquinho dentro do prédio da escola.

Porém a preocupação com o parquinho da escola era enfatizada a todo momento. Caio, fez um desenho que me chamou.

Perguntei à Caio: \_O que é isto?

Ele respondeu: \_ O telhado

Eu disse: \_ O telhado da escola?

Ele respondeu: \_ Não. O telhado do parquinho. É pra proteger ele da chuva, aí não estraga.



**Figura 3: Desenho do Caio. Ele desenhou a escola vista de cima e me mostrou o telhado, explicando que o parquinho estava embaixo do mesmo.**

Os desenhos foram reveladores, pois a partir dos mesmos notamos as insatisfações das crianças em relação à escola que possuem. É notório também o conhecimento que carregam sobre os problemas da escola, sua estrutura física, a falta de recursos. Um dos alunos reivindicou um telhado novo para que não chova na escola. Essas e outras colocações feitas pelos pequenos nos levam a refletir o quanto é importante a socialização das vozes infantis.

Ao final da oficina enfatizamos novamente a escola pública como um direito e não como uma doação e assistência às pessoas carentes, como diz a placa na entrada da escola. Afinal, de acordo com o artigo 29 do Título V, seção 2 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Dessa forma, a Educação Infantil perde o seu caráter assistencialista vinculada a instituições e órgão de assistência social e assume o papel de primeira etapa da Educação Básica.

O Art. 5º do Título III da LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, diz:

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.

A oficina “A escola que temos e a escola que queremos” promoveu não somente o conhecimento a cerca do direito a escola, mas também a vivência do direito de participação. Direito defendido pela Convenção dos Direitos das Crianças e enfatizado no artigo 12: “A criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração”.

Dessa forma, oportunizar a *fala* dos pequenos para que os mesmos expressem sua opinião sobre uma questão tão importante e que afeta diariamente suas vidas produziu uma experiência do direito de participação da criança que poderia se assumir como um elemento intrínseco no cotidiano escolar.

Afinal, a ausência do parquinho era algo que afetava o dia a dia das crianças da escola, afinal sabiam da possibilidade de haver um parquinho na escola dando até mesmo sugestões através dos desenhos de como seria o parquinho.

Os países que implementaram elementos da Convenção em suas leis tiveram uma tendência muito forte em hierarquizar o 3 Ps. Tal termo é utilizado para classificar os direitos elaborados pela Convenção. Direitos de proteção (direito a um nome, identidade, nacionalidade, contra a violência de adultos e etc.), os direitos de provisão (direito a alimentação, moradia, saúde, educação, etc.) e os direitos de participação (direito a decidir questões referentes a sua vida e instituições que faz parte). Observa-se que o último assume o último numa escala de prioridade. Os direitos de proteção e provisão são fundamentais para as crianças, porém o direito de participação não é menos importante.

Compreender a criança como sujeito sócio histórico, sujeito de direito, cidadã, autora de sua própria história revela a importância da vivência do direito de participação, permitindo que esse sujeito usufrua de seus direitos expressando o que pensa sobre o mundo, sobre a escola, sobre a família, sobre sua cidade.

Dessa forma, creio que, a partir da “escuta sensível” das vozes infantis seja possível discutir o papel da escola na discussão crítica dos direitos infantis , com vista a uma maior compreensão e vivência destes pelas crianças. Percebo que tal escuta possa contribuir para a construção de uma escola mais atenta às desigualdades sociais e culturais na cidade, buscando envolver professores, crianças e pesquisadores no compromisso ético-político, de coletivamente, procurar no cotidiano escolar, modificar a(s) realidade(s) de exclusão e de negação de sua cidadania ainda vigente na maioria das escolas gonçalenses.

“Aí de nós, educadores/educadoras, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis! E o que é que eu quero dizer com sonhar o sonho possível? Em primeiro lugar, quando eu digo sonhos possíveis é porque já na verdade, sonhos impossíveis. E o critério da possibilidade ou impossibilidade dos sonhos é um critério histórico social e não individual”.

*Paulo Freire*

## Considerações provisórias: (in)conclusões construídas ao longo da pesquisa

No presente trabalho monográfico, ao investigar a infância, compreendendo-a como um grupo etário geracional que, ao longo da história, veio se construindo como tal, através de lutas e embates, sendo compreendida e vista de formas diferentes em cada período histórico, tornou-se possível perceber que tal investigação não pode ser feita apenas focada na história da infância, já que esta é perpassada pela história da família, da educação e de tantos outros assuntos que se relacionam.

Dessa forma, como já dito anteriormente, não há um padrão de infância, mas diferentes vivências de ser criança (GOUVÊA, 2002). Dessa forma, a infância das Idades Média, Moderna e Contemporânea não é a mesma, mas vários conceitos de infância foram construídos ao longo da história, conceitos esses que contribuíram para a elaboração de diversos discursos sobre a infância, discursos esses que ora oportunizam a *fala* dos sujeitos infantis<sup>5</sup>, ora silenciam os mesmos.

Refletir sobre o passado, vivendo um presente, sonhando com o futuro tem feito parte de tentativas cotidianas em minha formação enquanto professora-pesquisadora. Refletir e teorizar o passado da infância, buscando pistas para compreender o(s) conceito(s) de infância construídos na atualidade. Conceitos esses que ora a compreendem como um ser frágil carente de cuidados, ora como um ser incapaz, ora como alguém que precisa virar um adulto, ora como alguém que precisa ser protegida do mundo adulto, ora como alguém que precisa de atenção, ora como um sujeito social e cidadão portador de direitos.

Tantas visões, concepções e conceitos construídos ao longo de séculos permeiam a fascinante história da infância. Uma história inacabada que dia após dia avança, tornando-a cada dia mais instigante.

Dessa forma, o presente se constitui em meio a continuidade dessa imprevisível história. Logo, viver o presente refletindo sobre fatos que nos trouxeram até um lugar, pensando e, por que não, sonhando um futuro imprevisível, mas que

---

<sup>5</sup> Quando uso o termo sujeitos infantis não me refiro a uma imaturidade da criança, mas sim o pertencimento desse sujeito em seu grupo geracional.

começa a ser construído no tempo chamado hoje. “(...) todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...). Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos” (Freire,1985, p.33).

Desse modo, percebo nesta pesquisa a tentativa de analisar conceitos e práticas construídas ao longo da história que nos levaram a perceber as crianças de uma forma cada vez mais específica. Atentando para as necessidades, fragilidades e capacidades das mesmas.

Nesse contexto procurei focar os direitos das crianças, enfatizando a Convenção dos Direitos das Crianças de 1989, entendendo-os como elementos fundamentais para a compreensão da criança enquanto cidadã, como sujeito de direitos, enquanto possibilidade de anúncio e construção de um país mais justo e fraterno para as crianças e seus familiares.

Percebo o ambiente escolar como um *lócus* potencial para a discussão da criança enquanto sujeito de direitos. Afinal, na grande maioria dos casos, a escola é a segunda instância de sociabilidade na qual a criança é inserida, vindo após a família que ocupa, na maioria das vezes, o primeiro lugar. Dessa forma, penso que a escola poderia ter um papel fundamental em contribuir para a mudança de uma realidade que silencia as crianças, principalmente as pertencentes às classes populares.

Nos últimos tempos, muitos pesquisadores vêm considerando as crianças como parceiras em suas pesquisas, encarando-as como sujeitos da/na pesquisa e compartilhando com elas seus estudos. Da mesma forma, muitos dos professores-pesquisadores vêm trazido para a sala de aula esta concepção, levando em consideração a *fala* dos alunos, superando uma lógica hierárquica e adultocêntrica, contribuindo para que os alunos façam parte do processo de aprendizagem, tornando-se parceiros nas investigações construídas coletivamente no cotidiano escolar.

As pedagogias tornam-se políticas quando propõem a análise e a crítica dos modos de fazer, das estratégias de trabalho, isto é, quando observam e valorizam como os sujeitos aproximam-se do conhecimento, o desmembram e o utilizam, assinalando que esses processos são tão ou mais importantes do que os conteúdos envolvidos (BARBOSA. 2006, p. 23)

Compreendo que a Escola de Educação Infantil quando se constitui enquanto um ambiente de troca, onde vozes, saberes e experiências são compartilhados, oportuniza que as crianças vivenciem seus direitos, principalmente o direito de participação, que ainda hoje é menosprezado pela sociedade. Dessa forma, torna-se possível que as crianças assumam seu lugar enquanto sujeito de direitos, sujeito sócio-histórico, (re)produtor da cultura.

O direito de participação da criança defendido pela Convenção, ou seja, o direito da criança em participar, opinar e expressar suas idéias com relação as instancias sociais na qual faz parte, vem sendo colocado em último lugar quando há a tentativa de implementar os direitos de provisão, proteção e participação.

Dessa forma, acreditamos que professores e alunos juntos possam construir na escola de educação infantil um ambiente favorável à experimentação e vivência do direito de participação. Não se limitando apenas em uma oficina como a registrada neste trabalho. Mas usufruindo o direito de participação cotidianamente, construindo um caminho onde os dispositivos da Convenção dos direitos das crianças não permaneçam em papéis, mas se tornem realidade.

Quem sabe, a discussão a cerca dos direitos das crianças com as crianças desde a educação infantil possam contribuir para a construção do sujeito enquanto cidadão crítico, alguém que não aceita que um outro dite sua história, mas um sujeito autor da sua própria história.

Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado. Pobre do povo que aceita, passivamente, sem o mais mínimo sinal de inquietação, a notícia segundo a qual, em defesa de seus interesses, “fica decretado que, nas terças-feiras, se começa a dizer boa noite a partir das duas horas da tarde”. Este será um povo puramente representado, já não presente na história (FREIRE. 1989, p.24).

Dessa forma, torna-se necessário superar uma lógica adultocêntrica ainda muito forte nas escolas da infância(s), a fim de que seja possível a construção da escola como um espaço que contribua para a formação integral da criança, a fim de que este não seja representado na história, mas sim feitor da sua própria história.

Compreendo que, a partir da “escuta sensível” das vozes infantis torna-se possível refletir sobre o papel da escola na discussão dos direitos da(s) infância(s), com vista a uma maior compreensão e vivência destes pelas crianças. Tal fato poderia contribuir para a construção de uma escola mais atenta às vozes infantis, buscando envolver professores, crianças e pesquisadores no compromisso ético-político de coletivamente, procurar no cotidiano escolar, construir um espaço de discussão e construção de conhecimentos, afirmando a condição cidadã das crianças.

Refiro-me a condição cidadã não como uma condição natural já presente na criança desde seu nascimento, mas sim como algo que é construído de forma cotidiana nas instâncias sociais, da qual a escola, devido a sua natureza sócio-histórica, representa um espaço de fundamental importância para a criança.

Dessa forma, pensar na criança enquanto sujeito sócio-histórico, (re)construtor de sua cultura e cidadão dotado de direitos, implica a reflexão sobre o papel formativo da escola. Afinal, esta contribui para a formação da criança em uma das fases mais importantes da vida, na qual a criança inicia o desenvolvimento de determinadas habilidades que serão determinantes para o resto de sua vida e constrói concepções que poderão determinar o adulto que ele será futuramente.

Vivemos um tempo em que a criança é vítima da crise geral da sociedade. A violência generalizada não perdoa a infância, quase sempre indefesa. Vivemos num país onde a massa da população é menor de idade; no entanto, ou simplesmente abandonada, quando se trata das classes subalternas; um país onde milhares de crianças morrem anualmente de fome (GADOTTI. 1987, p. 30)

Segundo dados recentes do Relatório sobre a Situação Mundial da Infância feito pela UNICEF em 2011, a infância continua sendo o grupo etário geracional que mais sofre com a fome, pobreza, guerras, exploração e abuso sexual.

Compreendemos que tais dados possuem fundamental importância para se pensar, não somente sobre a situação da criança no mundo, porém mais especificamente na cidade de São Gonçalo, onde a cada dia mais crianças se envolvem com o tráfico de drogas e são vítimas de exploração sexual.

Portanto, a partir da compreensão da criança como um sujeito que está inserido na história, pertencente a uma classe social e que faz parte da cultura e a produz, acredito que a *escuta sensível* (BARBIER, 1992) das vozes infantis possa ser um dos caminhos para construção de uma escola colaborativa e democrática, afirmando-se como um espaço de discussão e produção de saberes.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete. *O direito das crianças à educação infantil*. Pro-posições. Campinas, v. 14, n.3 (42), p.13-24, set./dez. 2003.

ARAUJO, Mairce da Silva, PEREZ, Carmen Lúcia V. e TAVARES, Maria Tereza T. (Org.). *Memórias e Patrimônios: Experiências em Formação de Professores*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

ÀRIES, Philippe. *História Social da Infância e da Família*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARBIER, René. *A escuta sensível em educação*. Caxambu: Revista da AMPED, 1992.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARRETO, Luzia G. C. *Relatório Parcial, apresentado ao Programa de Iniciação Científica – PIBIC da UERJ*, Rio de Janeiro, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. 4.ed. São Paulo: Summus/ 1984.

\_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense/ 1987

BOLLE, Willi. *Walter Benjamin e a cultura da criança*. 4. ed. São Paulo, Summus, pp. 13-16.

CHAUÍ, M. *Folha de São Paulo*. São Paulo 01 de maio de 1990.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DELGADO, Ana Cristina Coll. *Uma etnografia com crianças: grupos geracionais e manifestações culturais das crianças*. In *Infâncias Cidades e Escolas Amigas das Crianças*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Mediação/ 2007.

FABRICANTE, Bruna S., *Relatório parcial, apresentado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – UERJ/ PIBIC/ FAPERJ*. Rio de Janeiro/ 2008

FERRAÇO, C. Eduardo. *Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar*. In *Pesquisa do/no cotidiano das escolas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação: um sonho possível*. In: BRANDÃO, Carlos R. *O educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. Paz e Terra, 1985

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. *Dialética do Amor Paterno: do Amor pelos meus Filhos ao Amor por Todas as Crianças*. 4ª edição. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. *Infância, sociedade e cultura*. In: Desenvolvimento e aprendizagem. CARVALHO, Alysson, SALLES, Fátima, GUIMARÃES, Marília (ORG). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GROSSI, Ana Patrícia B. *Tecendo Sonhos possíveis na Educação Infantil*. Monografia apresentada como requisito do curso de Pós-graduação para Especialização em Alfabetização dos Alunos e Alunas das Classes Populares, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Niterói, 2003.

KRAMER, SONIA. *Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: n. 116, p. 41-59, jul.2002.

\_\_\_\_\_. *A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do difarce*. Rio de Janeiro: Achimaé. 1982.

LARROSA, Jorge. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. *Leituras*, julho de 2001.

POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PINTO, Manuel. *A infância como construção social*. In: *As crianças: contextos e identidades*, Universidade de Minho, 1997.

PINTO, Maria Raquel B. *A condição social do brincar na escola: ponto de vista da criança*. Dissertação (Mestrado em Educação)/ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003 .

QUINTEIRO, Jucirema. *Infância e Educação no Brasil: Um campo de estudos em construção*. In: *Por uma cultura da infância*, Campinas, SP: Autores reunidos/ 2005.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Os pequenos e a cidade: O papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2003, mimeo

\_\_\_\_\_. *Por que o local? Um estudo sobre alfabetização patrimonial e a formação de professores de educação infantil em São Gonçalo*. Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Iniciação Científica – PIBIC da UERJ, 2005, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Infâncias em periferias urbanas: textos e contextos e desafios para a formação das professoras da infância*. In: GARCIA, R.L.; ZACCUR, E. *Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes*. Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ e Luzia Gavina C. Barreto. *Infâncias em periferias urbanas: desafios cotidianos para a formação de professores da infância em São Gonçalo*. Comunicação apresentada no Seminário “Redes de conhecimento e tecnologias: os outros como legítimo outro”, Rio de Janeiro/ 2009.

UNICEF. Situação Mundial da Infância Edição Especial – Celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. 2009.

\_\_\_\_\_. Situação Mundial da Infância 2011 – Adolescência: Um fase de oportunidades. 2011.

#### DOCUMENTOS CITADOS

\_\_\_\_\_. *Lei no. 9394/96, de 20/12/1996*. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248,23/12/96, p.27833-41.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS, ONU, 1989.